



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Ata da 156ª reunião, realizada em 19 de dezembro de 2012**

1 Em 19 de dezembro de 2012, reuniu-se o Plenário do Conselho Estadual de Política  
2 Ambiental (COPAM), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares  
3 e suplentes: o presidente Adriano Magalhães Chaves, Paulo Afonso Romano, Fernando  
4 Antônio Freire Vieira, Inês Tourino Teixeira, Paulo Sérgio Martins Alves, Marcela  
5 Lencine Ferraz, Gabriel Ferreira Menezes Guimarães, Thales Heliodoro Viana, Maria  
6 Margarida Granate Sá e Melo Marques, Mônica Neves Cordeiro, Thiago Zandona  
7 Vasconcellos, Divino Pereira de Brito / Armando Leonardo Linhares Araújo Ferreira da  
8 Silva, Carlos Eduardo Ferreira Pinto e Marco Túlio Simões Coelho – representantes do  
9 poder público; José Luiz Magalhães Neto, Carlos Alberto Santos Oliveira, Alberto José  
10 Salum, Wagner Soares Costa, Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, Rinaldo César  
11 Mancin / João Carlos de Melo, José Carlos Manetta, Célia Regina Alves Rennó, Mauro da  
12 Costa Val, Ronaldo Vasconcellos Novais, Alex Ferreira de Freitas, Fernando Antônio  
13 Rodrigues Oliveira e Newton Reis de Oliveira Luz – representantes da sociedade civil.

14 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino  
15 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Adriano Magalhães Chaves declarou  
16 aberta a 156ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental e deu boas-  
17 vindas aos novos conselheiros. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**  
18 **ASSUNTOS GERAIS. Bolsa de compensação florestal. Presidente Adriano**  
19 **Magalhães Chaves:** “Um tema importante tem chegado até nós por diversas fontes, pela  
20 Frente Ambientalista, por empresas, diretamente, com o interesse em que Minas  
21 regulamentasse o conceito de uma bolsa de compensação florestal. Aquelas empresas que,  
22 porventura, já tenham áreas florestais que possam ser utilizadas para a criação de RPPN,  
23 que, futuramente, possam ser utilizadas como compensação nos seus licenciamentos  
24 ambientais. Então, que regulamentássemos isso. Fizemos algumas discussões internas e  
25 externas. O fato é que a lei é omissa quanto a isso. O que se adota hoje é: as RPPNs do  
26 passado não podem ser utilizadas naqueles licenciamentos que estiverem acontecendo no  
27 momento. A nossa proposta é colocar para conhecimento do Conselho e, com certeza,  
28 receber recomendações e comentários. Teríamos ainda que fazer uma proposta de  
29 regulamentação. Existe ainda uma dúvida jurídica se pode ser através de um decreto ou  
30 através de uma própria DN do Conselho. Como é um processo em que a lei é omissa e se  
31 trata mais de um procedimento, acreditamos que possamos fazer isso através de uma DN.  
32 Eu acho que seria uma inovação na gestão ambiental no Brasil. Por exemplo, cito aqui a  
33 Vale, que é uma que tem nos procurado com grandes áreas, que tem interesse em  
34 antecipar as suas RPPNs. Mas seria interessante que, quando dos licenciamentos futuros,  
35 essas Unidades de Conservação criadas a partir dessa data de autorização do Conselho  
36 pudessem ser consideradas no licenciamento. Então, coloco o tema à discussão do

37 Conselho, esperamos que, na câmara competente, que é a Câmara Normativa e Recursal,  
38 possamos fazer uma proposta de DN. Temos que estudar um pouco o tema, por exemplo,  
39 levar em consideração alguns itens, que essa criação seja através de RPPN, que exista um  
40 compromisso da empresa de efetivamente fazer o Plano de Manejo, que tenha um prazo  
41 compromissado da empresa em efetivamente implantar a Unidade de Conservação. Mas o  
42 fato é que, após uma proposta e estudarmos um pouco mais o tema, vamos levar à câmara  
43 competente. Eu gostaria de ouvir o Conselho a respeito. Nenhuma manifestação,  
44 senhores? Então, vamos estudar o tema e submeter, considerando a concordância do  
45 Conselho, a um ato administrativo na CNR. Ou vamos avaliar se apenas uma resolução da  
46 Secretaria seja suficiente, considerando que isso é apenas uma procedimentação.”

47 **Conselheira Inês Tourino Teixeira**: “Esse tema não poderia ser discutido, primeiro, em  
48 um das câmaras deste Conselho ou por um grupo de estudos? **Presidente Adriano**

49 **Magalhães Chaves**: “Eu não acredito que seja um tema que necessite de um grupo de  
50 estudos. Podemos estudar internamente, fazer a proposição de uma DN, fazer discussão  
51 com as equipes técnicas ou levar a discussão para a câmara ou avaliar se uma própria  
52 resolução conjunta SEMAD/IEF seja suficiente para regulamentar, considerando que a lei  
53 é omissa e que isso vai ser apenas um procedimento.” **Conselheiro Fernando Antônio**

54 **Freire Vieira**: “Eu entendo que poderia ser por meio de uma Instrução Normativa, uma  
55 vez que o decreto é um ato administrativo regulamentador da lei. Sendo a lei omissa, vai  
56 se regulamentar o quê? É a pergunta que eu faço. **Presidente Adriano Magalhães**

57 **Chaves**: “É por isso que nós estamos entendendo que talvez bastasse uma resolução  
58 conjunta SEMAD/IEF, já que aborda a área florestal, o licenciamento ambiental e a  
59 regularização. Mas vamos avaliar com o nosso jurídico e com a AGE, para vermos qual é  
60 a melhor ferramenta que nos dê segurança para esse ato.” **Adoção de Unidades de**

61 **Conservação. Presidente Adriano Magalhães Chaves**: “Outro ponto é um pedido de  
62 algumas empresas que têm interesse em fazer adoção, em parceria – não PPP; seria muito  
63 diferente –, de algumas Unidades de Conservação. Nós temos sido procurados por  
64 empresas que se manifestaram no sentido de que pudessem fazer parcerias com o Estado  
65 apoiando nas infraestruturas de previncêndio, nas infraestruturas para efetivação do uso  
66 público, em trilhas, em acessos, mas que, porventura, também tivessem algum benefício  
67 no processo de licenciamento, como, por exemplo, a extensão do prazo da licença. É  
68 claro, desde que não haja nenhum ilícito no processo administrativo do licenciamento. Eu  
69 acho que esse é outro tema que vale a pena estudarmos. Nós não vemos impedimento  
70 nisso. É um tema que vamos também estudar com as nossas equipes e, depois, submeter  
71 ao conhecimento do Conselho.” **Despedida e homenagens. Conselheiro Newton Reis de**

72 **Oliveira Luz**: “Há algum tempo, já fazemos parte do Conselho como entidade titular, e,  
73 sendo esta a nossa última reunião – não estaremos na nova composição do COPAM, no  
74 ano que vem –, eu gostaria de aproveitar a oportunidade, em nome da diretoria da  
75 Associação dos Engenheiros de Minas, para agradecer a indicação e o apoio que tivemos  
76 da SEMAD, do IEF, da FEAM e do IGAM, que tem participado conosco. Similar ao que  
77 fiz hoje de manhã na CNR, em que também foi a nossa última participação. Mais no  
78 sentido de agradecer e, em nome da diretoria da Associação dos Engenheiros de Minas,

79 nos colocar à disposição da SEMAD para continuarmos contribuindo. Mesmo a despeito  
80 de não sermos conselheiros mais, a nossa entidade tem interesse em continuar  
81 contribuindo, seja aqui na capital ou mesmo nas Unidades Regionais, naquilo que for  
82 conveniente e necessário. Colocamos a entidade à disposição para continuar contribuindo  
83 com a SEMAD. Eu gostaria também – como foi lembrado na parte da manhã – de fazer  
84 uma homenagem póstuma aos nossos ex-colegas Caio Márcio e Ilmar, com quem sempre  
85 trabalhamos juntos e tivemos uma interação muito grande, principalmente na Câmara de  
86 Atividade Minerárias, na primeira versão, e, depois, na CMI. Tivemos a oportunidade de  
87 participar e também queríamos deixar aqui a nossa homenagem.” **Presidente Adriano**  
88 **Magalhães Chaves:** “Conselheiro Newton, nós é que agradecemos a você e à Assemg.  
89 Você, que também foi nosso colega na Secretaria de Desenvolvimento Econômico,  
90 sempre prestando bons trabalhos ao Estado e à sociedade mineira, tenha certeza que  
91 vamos continuar contando com a instituição, com seus préstimos, com seu conhecimento,  
92 com a sua parceria. Este Conselho deve muito a você. MUITÍSSIMO OBRIGADO.” **4) EXAME**  
93 **DA ATA DA 155ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COPAM.** Aprovada por unanimidade  
94 a ata da 155ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada  
95 em 22 de agosto de 2012. **5) REALIZAÇÕES DO SISEMA EM 2012 E**  
96 **PLANEJAMENTO DE 2013.** As subsecretarias de Gestão e Regularização Ambiental  
97 Integrada e de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada, da SEMAD, a Fundação  
98 Estadual do Meio Ambiente, o Instituto Estadual de Florestas e o Instituto Mineiro de  
99 Gestão das Águas apresentaram ao Plenário do COPAM um relato das atividades  
100 desenvolvidas em 2012 e do planejamento para o ano de 2013. Seguem transcrições das  
101 manifestações do presidente Adriano Magalhães e dos conselheiros após a apresentação  
102 de cada um dos órgãos do Sisema. **Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental**  
103 **Integrada. Presidente Adriano Magalhães Chaves:** “Temos que destacar alguns pontos  
104 da apresentação, por exemplo, a criação da Sala de Situação em Curvelo, o que é uma  
105 inovação em Minas; a videovigilância no parque do Rola Moça, que também é uma  
106 inovação e nos permite o monitoramento de 100% do parque da Rola Moça, da Estação  
107 Ecológica do Cercadinho e da APA Sul; e, mais, a robustez de Minas, hoje, no  
108 previncêndio. Nós temos um conjunto, hoje, de 26 aeronaves. Com apoio da Seplag e da  
109 Fazenda, por determinação do governador, investimos R\$ 29 milhões no combate a  
110 incêndios florestais, e o resultado foi a redução, dentro das nossas Unidades de  
111 Conservação, da área queimada de 63% em relação a 2011. É um resultado excepcional,  
112 tivemos no parque do Rola Moça também uma das menores áreas queimadas da história  
113 do parque. No período crítico que tivemos sem chuva, principalmente no Norte, de  
114 fevereiro até novembro, se não fosse essa estruturação da força-tarefa, nós teríamos  
115 queimado o Norte de Minas inteiro. Mas atuamos não só nas nossas unidades, mas no  
116 entorno e em diversas outras áreas, ou seja, a importância dessa estruturação do  
117 Previncêndio. Vale ressaltar aqui também, se me permite, coronel Brito, na pessoa do  
118 coronel Leonardo e de toda a sua equipe de trabalho, o trabalho brilhante que foi feito  
119 pela Polícia Ambiental nessa parceria, junto com o Corpo de Bombeiros, até a atuação da  
120 Polícia Civil e do próprio Gate, o que demonstrou também que a presença da polícia nas

121 Unidades de Conservação foi um diferencial muito grande. Então, uma das ações que  
122 estamos planejando para este ano é a instalação das sub-bases nas nossas Unidades de  
123 Conservação. Outro dado importante da fiscalização é a realização de mais de 90 mil  
124 operações por parte da Polícia Ambiental, que atua sob delegação de competência do  
125 Sisema. Então, obrigado, coronel, pela sua parceria e pela ajuda que tem sido dada ao  
126 Sisema e ao meio ambiente.” **Conselheiro Divino Pereira de Brito**: “Dentro dessa visão  
127 que precisamos ter de ampliar esse sistema de denúncias, nós temos no Estado o telefone  
128 ‘181’, o Disque Denúncia, o telefone em que a pessoa que denuncia não é identificada.  
129 Então, tem todo um sigilo dessa denúncia. Eu sempre tive o entendimento de que nós  
130 devemos divulgar mais esse ‘181’. Hoje, por sinal, tivemos uma palestra com os  
131 coordenadores do ‘181’ no colegiado de segurança, e coloquei essa questão. Entendo que  
132 o cidadão, principalmente do interior, daquelas localidades mais distantes, dos distritos e  
133 povoados, aqueles que estão mais perto do crime ambiental, de modo geral, não sabem  
134 como denunciar, e, logicamente, também têm medo. Entendo que o que o Estado precisa  
135 levar isso ao conhecimento daquelas pessoas, através de vários meios, inclusive das  
136 escolas e das entidades ambientais, incentivar a denúncia pelo ‘181’. É uma questão que  
137 eu queria esclarecer, e quero pedir que pensemos nisso, é uma coisa de médio e longo  
138 prazos. Outro ponto é que, dentro do nosso sistema de inteligência da Polícia Militar, nós  
139 criamos, a partir deste ano, e já treinamos a primeira turma, um setor só para cuidar da  
140 inteligência voltada para o meio ambiente, para podermos trabalhar melhor o  
141 levantamento de crimes ambientais, identificando, por exemplo, as queimadas, os  
142 desmatamentos ilegais, a atividade mineradora e outras degradações ambientais, tudo o  
143 que se relaciona a crime ambiental. Tivemos até um caso interessante, que descobrimos  
144 neste ano, em um local da serra do Cabral. Um morador tem um hábito indígena de caça e,  
145 então, vai ao habitat dos animais e coloca fogo, para os animais correrem para outro local  
146 e ele abater os animais. Nós vamos incrementar, então, o serviço de inteligência no  
147 Estado, já que a Polícia Militar está presente em todo o Estado, para que possamos ser  
148 mais ainda precisos nesses crimes.” **Subsecretaria de Controle e Fiscalização**  
149 **Ambiental Integrada. Presidente Adriano Magalhães Chaves**: “Vemos a quantidade  
150 de atividades sendo executadas pela subsecretaria, e aqui ainda nem entrou no detalhe da  
151 quantidade de projetos que foram licenciados. Lembramos que temos, hoje, em  
152 licenciamento, 20 mil processos dentro da Supram. Comparativamente, o Ibama tem, no  
153 Brasil, 1.500. Temos projetos importantes, como o da Coca-Cola, que foi licenciado aqui,  
154 o da Alpargatas, no Norte, e diversos outros que são importantes também para a economia  
155 do Estado. Gostaria de destacar alguns pontos, principalmente com relação ao Cadastro  
156 Ambiental Rural. Assinando, agora no início do ano, um acordo com o Ministério do  
157 Meio Ambiente, isso vai permitir uma agilidade muito grande na regularidade das  
158 propriedades rurais. É um avanço significativo do ponto vista, principalmente, do  
159 pequeno produtor. Vamos precisar contar com a participação de praticamente todas as  
160 instituições, para que nos ajudem nessa mobilização junto aos produtores. Eu diria a  
161 Faeng, a Fetaeng, a Polícia Militar, a Emater, a Ruralminas, o próprio Ibama, ou seja,  
162 todas aquelas instituições que estão capilarizadas no Estado e que possam nos ajudar.

163 Outro ponto citado que nos chama a atenção e sobre o qual valeria a pena fazer uma  
164 reunião específica é o estudo da bacia do rio Claro. Esse estudo nos mostra a situação  
165 crítica de água que já começamos a vivenciar em Minas Gerais, algo que parecia tão  
166 distante, por considerarmos Minas caixa d'água do Brasil, hoje, provedor de água para  
167 oito Estados da Federação, inclusive. Mas esse estudo mostra, em uma análise desde 85 –  
168 foi feita uma análise comparativa de cinco em cinco anos –, que, em 85, nós tínhamos na  
169 bacia uma grande proporção de cobertura vegetal nativa, que foi substituída pelos pivôs,  
170 pelas áreas de agricultura, pelas áreas de reflorestamento, e, hoje, temos 3% de cobertura  
171 vegetal nativa só, nessa microbacia, e não temos água nem para irrigação nem para  
172 energia elétrica. Ou seja, o estudo mostra que precisamos de um grande trabalho, talvez  
173 um case no Estado, que é um grande exemplo de como precisamos fazer um trabalho de  
174 recuperação. E essa questão de água se estende para a região de Serra Azul, para a região  
175 de Congonhas, com alguns empreendimentos na divisa de Minas com Goiás, uma tomada  
176 de decisão, se deixa água para irrigação em Minas e em Goiás ou para a usina que está  
177 prevista no rio São Marcos. Assim como em mais de 180 municípios do Norte e em  
178 algumas regiões da área metropolitana. Ou seja, a questão de água é uma questão que  
179 merece toda atenção, tanto do Conselho Estadual de Política Ambiental, quanto do  
180 próprio Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Outro ponto importante – precisamos do  
181 apoio dos senhores – é que possamos colocar em evidência a Lei Complementar 140,  
182 apoiando efetivamente aqueles municípios que têm interesse e estrutura mínima de  
183 COPAM e de equipe e possam fazer regularização. Nós já temos instituído, apoiado e  
184 aprovado pelo COPAM, através da CNR, o modelo de convênio com os municípios, que é  
185 uma ferramenta que precisamos exercitar, até para direcionar. Considerando que a Lei  
186 Complementar 140 definiu competências federal e municipal e deixou, na realidade, o  
187 Estado na indefinição, até que a comissão tripartite defina quais são as competências, é  
188 importante que este Conselho, através, principalmente, da DN 74, seja o regulamentador  
189 através do convênio. E outro ponto é a DN 30, que realmente foi um avanço. Eu acho que  
190 nós temos uma norma, hoje, que regulamenta o procedimento das URCs, que nós temos  
191 exercitado já bastante, inclusive até com suspensão de conselheiros que, porventura, não  
192 estejam cumprindo a DN 30. Temos quatro ou cinco casos de conselheiros que foram  
193 suspensos em função de não cumprimento ou não comparecimento seguindo as regras da  
194 DN 30. Ou seja, se nós a aprovamos aqui, temos que exercitá-la.” **Conselheiro Wagner**  
195 **Soares Costa**: “Me preocupa a colocação de que a DN 74, na revisão, após todas as  
196 manifestações de interesse de revisão, esteja pautada, logo para março, direto na CNR.  
197 Nós pensávamos que iria haver um debate amplo nos diversos setores para verificar  
198 exatamente em que tamanho ficou esse impacto, se haveria possibilidade de um diálogo  
199 entre a proposta de governo e exatamente qual seria o impacto sobre os setores. E essa  
200 questão de março direto na CNR, sem passar pelas câmaras do COPAM, nos preocupa  
201 muito, porque não dá oportunidade de diálogo e de debates sob os parâmetros colocados  
202 na DN 74. Eu gostaria de ouvir do senhor exatamente como será esse procedimento e se  
203 essa abertura para o diálogo público vai ser fechada.” **Maria Cláudia Pinto,**  
204 **subsecretária de Gestão e Regularização Ambiental Integrada**: “A nossa ideia é que

205 possamos pautar na CNR e que a CNR seja esse ambiente de discussão sobre a norma.  
206 Tínhamos até vislumbrado a possibilidade de fazer um workshop, mas seria a criação de  
207 um novo cenário de discussão. A não ser que o secretário autorize fazermos esse  
208 workshop, nós gostaríamos de discutir na própria CNR, que é o fórum pertinente.”

209 **Conselheiro Wagner Soares Costa:** “A CNR tem a nossa representação, mas, ao mesmo  
210 tempo em que a nossa representação está lá, nós estaremos representando 140 códigos,  
211 com cada código representando 80 tipologias. E temos conhecimento de propostas  
212 setoriais, infelizmente, pelo universo sobre o qual não tivemos domínio. Eu acredito,  
213 secretário, que, se partirmos com isso aqui, vamos ter uma quebra de oportunidade de  
214 discussão e uma DN 74 pior do que a DN 74 em vigor, que foi amplamente debatida,  
215 setorialmente, com ‘n’ reuniões deste COPAM, quando ele não tinha ainda esta estrutura.  
216 Se for em uma única reunião de CNR, infelizmente, não vamos ter um debate público, e a  
217 DN 74, com certeza, será de pior qualidade do que a DN 74 vigente.” **Presidente**

218 **Adriano Magalhães Chaves:** “Caro conselheiro Wagner, eu me surpreendo com essa sua  
219 colocação, porque o local público definido por este Conselho é a Câmara Normativa e  
220 Recursal. Se nós criamos outra Câmara exatamente com esse espírito... E digo que a  
221 quantidade de fóruns paralelos que estamos criando, nós, no Sisema, não damos conta,  
222 não suportamos que façamos, além das discussões nos fóruns institucionais e públicos.  
223 Como o senhor bem disse, se a discussão da DN 74 foi feita neste Conselho, ela  
224 continuará sendo feita neste Conselho, através da CNR. Este Conselho também é  
225 autônomo para puxar a discussão, caso não queira que se leve para a CNR. O que nós  
226 observamos é a facilidade maior, em função de a CNR ser uma câmara menor, de ela se  
227 reunir quantas vezes forem necessárias para discutir, e aprovar a DN 74 quando sentir que  
228 ela está madura e os itens, digamos, pelo menos, na sua maioria, consensados. E aqueles  
229 itens em que, porventura, não houver consenso, que sejam colocados para votação. Mas  
230 eu entendo que, a partir da forma que foi feito, através de edital público, transparente, em  
231 que observamos e recebemos as contribuições de todos os setores, nós vamos pautar agora  
232 para aprovação da câmara competente, que, no nosso entendimento, é a CNR.

233 **Conselheiro Wagner Soares Costa:** “O senhor me desculpe, secretário, por continuar no  
234 assunto, mas este COPAM é dividido em ‘n’ câmaras. Nós temos a Câmara de Atividades  
235 Agrossilvopastoris, a Câmara de Mineração e Indústria, a CPB, temos umas cinco câmaras  
236 que são precursoras da CNR. Pautar isso diretamente na CNR... Se o senhor deseja reduzir  
237 a discussão a um público seletivo, eu acredito que o senhor deveria abrir a pauta por essas  
238 câmaras precursoras, que não são deliberativas, mas consultivas da CNR. E essa, sim é  
239 deliberativa e pode até encaminhar situações de dificuldade de solução a esta plenária do  
240 COPAM. Então, nesse sentido, eu solicito ao senhor e aos demais membros deste  
241 Conselho que seja possível abrir essa discussão pelo menos nas câmaras precursoras da  
242 CNR.” **Presidente Adriano Magalhães Chaves:** “Ok, conselheiro, nós vamos avaliar  
243 junto com a Maria Cláudia, a subsecretária, as possibilidades. Ou submeter às respectivas  
244 câmaras, de acordo com cada tema, antes de levar à CNR, ou, de repente, fazer uma  
245 reunião conjunta das câmaras, o que talvez seja interessante para que fosse um debate  
246 ainda maior. Vamos avaliar juridicamente qual é o melhor caminho, mas fica aqui o nosso

247 compromisso, principalmente, de fazer uma amplo debate e só aprovar a nova norma  
248 quando sentirmos que ela tem condição de ser aplicada e que ela é o consenso, pelo  
249 menos, do entendimento da maioria da sociedade mineira.” **Conselheiro Carlos Eduardo**  
250 **Ferreira Pinto**: “Antes de entrar nesse ponto, eu gostaria de fazer uma pequena  
251 consideração sobre essa nova estrutura do Ministério Público. O doutor Badini nos  
252 deixou, no Centro de Apoio ao Meio Ambiente, e foi para uma área de formação de  
253 promotor. Estamos recebendo agora a vinda do doutor Alceu, que era procurador geral de  
254 justiça e vem integrar a área de meio ambiente. O primeiro ato dele foi a criação do nosso  
255 Núcleo de Negociação de Conflitos Ambientais, dentro da estrutura do Centro de Apoio,  
256 de forma a poder traduzir em uma atuação cada vez mais resolutiva do nosso Ministério  
257 Público. Eu trago essa notícia aqui em primeira mão e coloco à disposição o nosso Centro  
258 de Apoio a todas as entidades e instituições aqui representadas, para que possamos, em  
259 2013, continuar com essa atuação cada vez mais buscando a resolutividade. Nesse  
260 contexto, eu entro no comentário que o Wagner fez. Eu vejo a necessidade de urgência de  
261 alteração da norma, e essa urgência, é evidente que não pode ser mais protelada. Quando  
262 o Wagner diz que não vai ter uma discussão... E, pessoalmente, já discuto a diretiva da 74  
263 há anos aqui, em várias situações, em várias ocasiões. E não me parece que vai resolver o  
264 problema mandar para alguma câmara inferior ou preliminar, para, depois, submeter à  
265 CNR. Acho importantíssimo as instituições representadas na CNR se reunirem  
266 anteriormente a qualquer apresentação de DN, que seja informalmente, que seja  
267 formalmente, para discutir, em uma reunião técnica, a norma, e, quando colocada em  
268 pauta, que a gente vá conhecedor. A regra, hoje, senhor secretário, é: recebemos a pauta  
269 dez dias antes com a DN. Não dá tempo, evidentemente, para se aprofundar naquele  
270 estudo, tem uma apresentação aqui rápida e superficial, há um pedido de vista, e ficamos  
271 com um prazo de vinte dias para todos tentarem se reunir e fazer um esforço aqui. A  
272 discussão acaba sendo limitada, e, não raras vezes, aconteceu de pedirmos vista e ter a  
273 maior boa vontade de resolver uma deliberação, mas a nossa reunião acaba sendo pautada  
274 com três ou quatro instituições, e, quando chega aqui, na votação, vários colegas se  
275 sentem inseguros com algumas questões que não foram discutidas. Eu não sei qual será o  
276 procedimento utilizado pela SEMAD, mas acho fundamental um diálogo, anterior à  
277 colocação em pauta, com as instituições ali representadas, para que entendamos todo o  
278 procedimento adotado, para que tiremos as dúvidas, e, principalmente, para que, pautado  
279 com o diálogo e o bom-senso, procedamos a uma proposição de uma deliberação que, se  
280 não atender a todos os interesses, possa convergir na maioria deles, para que tenhamos  
281 uma deliberação factível de ser cumprida. Não adianta caminhar, vamos para o voto,  
282 vamos decidir, e apresenta uma lei, e, depois, começa a ter contestação desse próprio ato  
283 normativo. Eu coloco o Ministério Público à inteira disposição. Nesse ano que passou,  
284 como representante do Ministério Público na CNR, por diversas ocasiões, tivemos  
285 discussões extremamente acaloradas e inúteis, ficávamos durante horas discutindo  
286 exatamente porque não havíamos discutido anteriormente. E, por fim, acabamos não  
287 aprovando ou aprovando uma deliberação ou ato normativo um pouco distante do que  
288 procurávamos. E as experiências que temos de sentar anteriormente e dialogar, mesmo

289 que informalmente, por meio de reuniões técnicas, têm resultados altamente expressivos  
290 no sentido de se buscar convergência. Então, deixo aqui a posição do Ministério Público  
291 no sentido de, anteriormente, definirmos dada a importância da deliberação e o anseio e  
292 angústia que essa alteração vem proporcionando, esse debate. Em termos, concordo com o  
293 Wagner, acho só que não vai resolver o seu problema se trouxermos para uma câmara  
294 inferior. Eu acho que o debate já vem sendo feito, já foi feito na diretiva. O importante é,  
295 com muita rapidez das instituições representadas na CNR, discutirmos ponto a ponto e  
296 buscarmos uma deliberação que atenda razoavelmente a todos os interesses.” **Presidente**  
297 **Adriano Magalhães Chaves**: “De repente, liberamos essa minuta com 30 dias de  
298 antecedência para dar tempo aos conselheiros de discutir. Porque, se for uma reunião  
299 paralela em que discutem dois ou três, depois, não há o conforto para o Conselho  
300 deliberar sobre o tema, o que acontece com uma certa frequência... Por outro lado,  
301 conselheiro Carlos, você foi muito feliz ao falar da necessidade de se rever a DN 74,  
302 primeiro, porque algumas tipologias não estão abordadas na norma, inclusive nos  
303 obrigando, por diversas vezes, a assinar DN’s ad referendum, assim como foi com a  
304 fotovoltaica. Entra um empreendimento, e nós não temos abordado; entra o gás, que é um  
305 tema novo, e não está abordado na DN 74. Estamos licenciando, no conceito, rejeito de  
306 barragem de mineração, da mesma forma que o projeto Greenfield. Então, existem alguns  
307 pontos em que a norma precisa ser melhor avaliada. Fica o nosso compromisso de fazer de  
308 forma pública, com a maior transparência possível, porque acho que isso é importante  
309 para o processo.” **Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento**: “Eu queria  
310 ressaltar, primeiro, que, para mim, é absolutamente necessário que seja garantido que a  
311 discussão se dê neste espaço formal e institucional. Nem todas as instituições e entidades  
312 aqui têm o número de pessoas que outras têm. Se coloca-se a discussão em outros  
313 espaços, não formais, na verdade, nem todos conseguem acompanhar a discussão. É o que  
314 acontece. Nesse caso também, na minha avaliação, como eu participo também da Câmara  
315 de Atividades Agrossilvopastoris, eu acho que contribuiria pouco a discussão ser levada  
316 primeiro às câmaras e, depois, trazida aqui. Primeiro, pelo caráter consultivo das câmaras,  
317 e, segundo, porque a composição se repete na maioria das vezes. O que eu acho que seria  
318 importante garantir – acho muito boa a proposta do doutor Carlos Eduardo – é se pudesse  
319 haver uma antecipação do prazo para a proposta da SEMAD ser distribuída. Se puder ser  
320 feito esse esforço, eu acho possível, porque, aí, abriria às entidades e aos interessados para  
321 que pudessem fazer solicitação de esclarecimentos à própria SEMAD. A segunda questão  
322 é que, na reunião de apresentação da CNR, seja garantido à SEMAD apresentar a sua  
323 proposta, que a apresentação não seja antecipada por pedido de vista, porque isso  
324 prejudica aqueles que não estão alinhados com pedido de vista. Então, eu acho que, sem  
325 ferir o regimento, era preciso fazer um entendimento, um pacto, nesse sentido, porque a  
326 SEMAD tem o direito, enquanto órgão ambiental, de apresentar a proposta. Porque, em  
327 alguns casos, não temos nem o direito de conhecer a justificativa do órgão ambiental,  
328 porque o pedido de vista antecede. E o terceiro é que, aí, é necessário, a meu ver, bom  
329 senso. Temos que trabalhar para o maior entendimento possível. Então, colocada em  
330 discussão aqui, eu acho que é preciso que nós todos nos alinhemos no sentido de fazer o



331 melhor possível, porque a questão também não é simples, ela tem um determinado grau de  
332 complexidade. Mas reafirmo o essencial da minha intervenção, eu acho que a discussão  
333 tem que se dar em um fórum institucional e formal.” **Presidente Adriano Magalhães**  
334 **Chaves**: “E o fórum institucional e formal competente é a CNR, para discutir a questão  
335 normativa.” **Conselheiro Carlos Eduardo Ferreira Pinto**: “Só para completar a fala do  
336 colega Eduardo, por vezes, eu vi até o próprio Ministério Público trabalhar com os  
337 coordenadores regionais na nossa reunião de forma a pensar que a Deliberação Normativa  
338 seria uma proposta nossa. Há uma anomalia na CNR no sentido de que, por vezes, são  
339 tantos interesses envolvidos que não se sabe qual é a proposta da SEMAD, que é  
340 legitimada a apresentar essa proposta. Então, nesse sentido, é muito importante que a  
341 condutora do processo seja a SEMAD, que até essas reuniões informais sejam  
342 comunicadas pela SEMAD, que ela possa nos orientar nessa condução. Porque essa  
343 anormalidade acontece, pedimos vista e começamos a discutir com quem é mais próximo  
344 ou que tem interesse naquela norma, e, quando viemos aqui, quatro ou cinco entidades  
345 discutindo, e os outros representantes ficam realmente alheios a essa discussão e sem  
346 saber exatamente que a própria deliberação ou outro ato normativo advém da legitimidade  
347 que a SEMAD detém.” **Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira**: “A questão de  
348 discussão de normas, como foi a discussão da DN 74 aqui em 2004, depende muito do  
349 ritmo que quem comanda o sistema quer que aconteça. O secretário José Carlos Carvalho  
350 – eu não tenho nenhum receio de citar nomes – é uma pessoa que se notabilizou pela  
351 dureza com que tratava os assuntos relacionados aos produtores rurais neste Estado. Vide  
352 o decreto 44.309, de péssima lembrança para todos nós. Então, eu comungo muito com a  
353 preocupação do Wagner, do Carlos Eduardo e do conselheiro Eduardo, da Fetaemg. O  
354 problema, senhor secretário, é que tenhamos efetivamente espaço para discutir. E, se  
355 aparecer com a minuta da DN com os dez dias regulamentares de publicação, nós vamos  
356 ter sérias dificuldades. Por isso, essa hipótese que foi ventilada de liberação desse  
357 documento com mais tempo de antecedência vai ser de muito bom alvitre. Eu gostaria de  
358 dizer também que nós temos, recentemente, alguns exemplos que corroboram essa  
359 preocupação. Tentamos discutir, há algum tempo atrás aqui, a questão da reposição  
360 florestal, que foi uma discussão que não se concluiu de forma satisfatória. O setor  
361 governamental não conseguiu colocar as ideias, o setor produtivo não evoluiu. Temos  
362 outra questão, que é a questão do transporte dos produtos florestais, que também é uma  
363 discussão que eternamente vai ficar pendente porque não foi dada a oportunidade. A  
364 Federação da Agricultura se posiciona no sentido de que a DN 74 foi a redenção do  
365 licenciamento ambiental no meio rural. Através da DN 74, que demoramos um ano para  
366 discutir, foi que chegamos a um documento normativo sobre o qual nos manifestamos  
367 oficialmente. Nós não queremos que mude a DN 74, queremos que ela permaneça. Agora,  
368 se for mudar, gostaríamos de ter realmente 30 ou 40 dias de antecedência. Eu acho que é  
369 suficiente. E pode ser a CNR o palco, não precisa ser outra câmara.” **Presidente Adriano**  
370 **Magalhães Chaves**: “Eu vou fazer uma proposta a vocês. Independentemente da Câmara  
371 Normativa, fazemos uma reunião pública, em que vamos apresentar a proposta. A partir  
372 daí, disponibilizamos o documento e, 30 dias ou 40 dias a posteriori, marcaríamos a

373 reunião da CNR, para começar a discussão do tema. Aí, daríamos oportunidade a todos de  
374 trabalhar nos setores e irem mais preparados para a discussão na CNR. E, se me permite,  
375 conselheiro Carlos Alberto, com relação a reposição florestal e controle de produtos de  
376 base florestal, nós concluímos, ontem, em uma ampla discussão aqui com a Agricultura, a  
377 proposta da Lei Florestal mineira. Então, o ano de 2013 será um ano de grandes  
378 discussões na Assembleia Legislativa, e não tenho dúvida de que o controle de florestas  
379 plantadas será um dos temas de grande discussão; é um dos temas centrais da Lei Florestal  
380 mineira. Teremos ainda mais uma oportunidade no fórum legislativo, legítimo, para  
381 discutir e regulamentar, lembrando que Minas, quando publicou o decreto, em 2012,  
382 regulamentando a reposição florestal, depois de ampla discussão na CAP, a Câmara  
383 Agrossilvopastoril, acabou não tendo um consenso no decreto. Nós levamos ao  
384 conhecimento do governador Anastasia, e eu acho que ele tomou duas decisões  
385 importantíssimas: a obrigatoriedade da reposição florestal no vácuo que existia entre o  
386 consumidor de fogão e quem consome até 8 mil m<sup>3</sup> por ano, o que representa  
387 desmatamento de 500 hectares; e a obrigatoriedade de fazer reposição em áreas  
388 antropizadas, o que eu já comentei com este Conselho. Eu acho que foi um avanço  
389 importante para Minas, porque, na prática, era: se desmatava nativa, e, na hora de se  
390 plantar eucalipto ou outra espécie exótica, se desmatava novamente, ou seja, na prática,  
391 acabávamos desmatando duas vezes. Ou seja, a obrigatoriedade do Estado de Minas de  
392 fazer reposição em área antropizada... Aí, eu comungo de um conceito da Secretaria de  
393 Cultura. Nós devemos, sim – o doutor Marcos Ortiz, do IEF, também é defensor disso –,  
394 incentivar a plantação de florestas em áreas antropizadas e, pelo contrário, sermos duros e  
395 rígidos com quem estiver desmatando nativa para fazer carvão. Isso foi discutido  
396 amplamente com a AMS, com o Sindifer e os setores envolvidos, mas teremos mais uma  
397 oportunidade, no ano que vem, no âmbito legislativo, de discutir a nova lei mineira. E  
398 esperamos que possamos aprovar uma lei com muita consciência levando em  
399 consideração, principalmente, o que eu comentei com os senhores: a questão de água em  
400 Minas Gerais, que é mais grave do que possamos avaliar; os dados têm mostrado isso.”

401 **Instituto Estadual de Florestas. Presidente Adriano Magalhães Chaves:** “Falamos  
402 muito em fazer e revisar norma, mas tivemos uma etapa, que ainda continua no IEF. No  
403 primeiro momento, foram mais de 120 portarias revogadas, e temos um total em torno de  
404 200 a serem revogadas. É importante também limpar essa pauta muito burocrática, que,  
405 muitas vezes, conflita um dado com outro, para que possamos ganhar celeridade nos  
406 processos, mantendo a segurança jurídica e técnica necessária. E outro ponto, doutor  
407 Paulo Sérgio, aproveito a sua presença, é o compromisso do governo de regularizar, em  
408 aproximadamente R\$ 80 milhões, as nossas Unidades de Conservação, lembrando que  
409 temos hoje em Minas em torno de 467 mil hectares a serem feitas regularizações  
410 fundiárias. Então, em função do desempenho da cobrança da compensação ambiental, que  
411 foi um dos pontos positivos, com a regulamentação da CPB, o decreto que regulamentou a  
412 compensação ambiental em Minas, e, depois, a própria portaria que definiu os  
413 procedimentos, e a regularidade com que têm sido pautados os processos mensais na  
414 CPB... Só exemplificando ao Conselho, na história da compensação ambiental, na Lei

415 9.985/2000, até outubro de 2011, nós tínhamos recebido, em compensação,  
416 aproximadamente R\$ 30 milhões a R\$ 37 milhões, e, só na reunião de novembro, nós  
417 pautamos R\$ 31 milhões, de um passivo que temos a receber em torno de R\$ 600 milhões.  
418 É claro que o órgão ambiental não tem uma visão arrecadatória, porém, nós temos, sim,  
419 que regularizar esse passivo em todas as esferas, seja no cadastro e registro, nos  
420 monitoramentos, no licenciamento, na compensação ambiental e nas compensações  
421 florestais, assim como na reposição florestal, em que temos hoje um avanço significativo  
422 de todo o setor, que tem procurado o Sisema na regularização também dos débitos da  
423 reposição florestal. É um avanço significativo na gestão financeira também da Secretaria.”

424 **Fundação Estadual do Meio Ambiente e Instituto Mineiro de Gestão das Águas.**  
425 **Presidente Adriano Magalhães Chaves:** “Na reunião sobre a discussão do sistema de  
426 informações, nesta semana, com a nossa equipe e a equipe do IGAM, nós deixamos o  
427 nosso desafio de trabalhar a nossa base de dados de recursos hídricos com 100% de  
428 confiabilidade no Estado, para que a água seja a nossa direcionadora de políticas públicas.  
429 Talvez o nosso grande desafio seja esse, com a parceria dos comitês, que é um tema mais  
430 ligado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, mas que impacta diretamente nas  
431 políticas definidas pelo COPAM. Porque, hoje, se nós formos obedecer o que está no  
432 Plano Estadual de Recursos Hídricos, que os Planos Diretores por bacias seguem, e  
433 considerarmos todos os rios de Minas como classe 2, eu diria que 80% dos nossos  
434 licenciamentos seriam inviabilizados. Ou seja, a discussão do enquadramento é uma das  
435 mais sérias que precisamos fazer no Estado. Inclusive, em função de definição da  
436 metodologia, a validação dessas metodologias. Mas ela começa, com certeza, pela  
437 definição e a segurança na base de dados com relação a quantidade e qualidade de água  
438 por bacia. Se Minas não for firme nesse estudo e nessa análise... Nós estamos vendo  
439 movimentos por parte do governo federal no sentido até de federalização pelo uso de água  
440 nos Estados. Então, temos que ficar atentos, essa é uma pauta que precisa ser fortalecida e  
441 melhor discutida e trabalhada no Estado.” **Manifestações do Plenário. Presidente**  
442 **Adriano Magalhães Chaves:** “Chegamos ao fim das apresentações. Por questão de  
443 tempo, não colocamos a apresentação da subsecretaria de Inovação e Logística, com todas  
444 as ações de convênio e inovações e estruturações que estão sendo feitas dentro do Sisema.  
445 E também da própria Polícia Militar Ambiental. Coronel Leonardo, na nossa equipe de  
446 trabalho, o senhor terá a oportunidade de mostrar o seu trabalho. Não são poucas as  
447 atividades. Hoje, a Polícia integra o Sisema e a nossa reunião de dirigentes. Eu acho que é  
448 importante mostrar não só para os conselheiros que já estavam aí, mas, principalmente,  
449 para os novos que a Secretaria de Meio Ambiente não é só uma secretaria onde se busca  
450 apenas Licença de Operação, de Instalação ou Licença Prévia de empreendimentos, ou  
451 seja, tem muitas e muitas atividades que estão sendo feitas buscando a melhoria da  
452 qualidade ambiental no nosso Estado.” **Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do**  
453 **Nascimento:** “Para mim, fica evidenciado que, se, de um lado, considerarmos os quadros  
454 técnicos em termos de quantidade – não só os quadros técnicos, mas de apoio  
455 administrativo também – de que o Sisema dispõe, bem como os recursos orçamentários  
456 que são disponibilizados, o que foi apresentado aqui é maior do que se esperava. Eu, pelo

457 menos, reconheço isso e acho que deveria ser feito esse reconhecimento desse esforço. E  
458 me parece também que há um conteúdo. Mesmo que possa haver discussões no âmbito do  
459 mérito, pelo menos, eu vejo que existe uma lógica no que foi apresentado. Dito isso, eu  
460 quero abordar três questões. Primeiro, porque, evidentemente, as apresentações são mais  
461 sucintas, mas, a meu juízo, a questão do programa Bolsa Verde merece uma atenção  
462 maior. E digo isso na condição de membro do Conselho de Gestão. Na chamada 2010, a  
463 primeira, nós aprovamos 1.031 projetos, portanto, 1.031 agricultores familiares e  
464 produtores rurais para serem beneficiados pelo pagamento por serviços ambientais.  
465 Agora, na chamada 2011, nós aprovamos mais 1.913. Portanto, fechamos o ano com  
466 quase 3.000 agricultores familiares e produtores rurais incluídos no programa, para  
467 receberem na medida em que espontaneamente eles promovem a preservação de  
468 vegetação nativa. Inclusive, quero ressaltar que, em vários momentos institucionais  
469 internos ao governo – nós temos essa informação –, tanto o diretor geral do IEF como o  
470 secretário têm se empenhado no sentido da liberação dos recursos. Só que os recursos  
471 estão contingenciados; eles são derivados do Fhidro, que é um fundo público. Por  
472 pressuposto, eu discordo de se contingenciar recurso de fundo público. Efetivamente, o  
473 que foi pago até hoje foi só a primeira parcela da primeira chamada de 2010. O não  
474 cumprimento, por parte do governo, do pagamento por serviços ambientais – porque é  
475 feito sob contrato individual com cada agricultor familiar ou produtor rural – coloca, a  
476 meu juízo, o programa em risco. Porque, ‘se eu tenho um contrato, e o governo não  
477 cumpre a parte dele, por que eu vou cumprir a minha parte?’. Tem até um mantra que fala  
478 que é necessário o cumprimento de contrato... Aplique-se aos pobres também esse mantra.  
479 Então, eu queria registrar isso dizendo, inclusive aproveitando a presença do secretário  
480 Paulo Romano, que a demanda é maior do que tem sido a capacidade do IEF e das 12  
481 ONGs cadastradas no programa para elaborar os projetos. A demanda é maior e só vai ser  
482 atingida se, efetivamente, a Emater assumir o programa. Os técnicos da Emater foram  
483 capacitados com recursos do programa, eu acho que precisam assumir. Nós estamos  
484 falando de um Estado com 500 mil propriedades, e feito o esforço que foi pelas ONGs e  
485 pelo IEF. Mas nós só temos 3.000 com um passivo financeiro. Essa é a primeira questão.  
486 A segunda questão é sobre a regularização fundiária nas Unidades de Conservação. A  
487 última informação que eu tenho é de um passivo de regularização em torno de 340 mil  
488 hectares, em torno de 10 mil agricultores e produtores rurais. É um passivo que não é só  
489 desta gestão, vem das anteriores, é um passivo bola de neve. Só que eu não estou vendo  
490 claro, apesar do esforço que eu reconheço, o caminho da solução. A não ser, inclusive,  
491 lembrando que o eixo de recursos para a regularização fundiária é a compensação  
492 ambiental. Eu entendo que ela não pode ser contingenciada também. Então, eu acho que,  
493 apesar do esforço, mantém-se uma situação muito delicada em termos de política  
494 ambiental. A criação da Unidade de Conservação é correta, existe uma justificativa, mas  
495 ela ficar criada apenas no papel não leva a lugar algum, além de, corretamente, jogar  
496 contra a política ambiental a aceitação das pessoas atingidas. O companheiro do Ibama  
497 está concordando. Que concorde também para as Unidades de Conservação do governo  
498 federal, porque faz igual ou pior. Então, é preciso ter clara essa questão. A terceira é uma

499 sugestão, senhor secretário. Nós, da Fetaemg, participamos, a convite, da construção dos  
500 indicadores socioambientais e econômicos que a Secretaria da Agricultura promoveu e  
501 que veio a dar origem a um dos programas que nós consideramos mais importantes sob o  
502 comando da Seapa, que é o Programa de Adequação Socioambiental e Econômica das  
503 Propriedades Rurais. Tem indicadores e avalia os componentes econômico, social e  
504 ambiental. Eu acho, inclusive, como participei, que os indicadores, inclusive ambientais,  
505 são mais rigorosos que os do licenciamento. A nossa proposição é que o senhor acolha a  
506 discussão junto com a Seapa e, evidentemente, as entidades, porque nós estamos  
507 entendendo – como os laudos de readequação são realizados pelos técnicos da Seapa,  
508 pelos técnicos da Emater e da Epamig, todo mundo capacitado, e são estabelecidas, no  
509 laudo, as orientações, quando são necessárias às adequações – que seria uma oportunidade  
510 também de esses imóveis serem licenciados. Aí, a nossa proposição é que, recebendo esse  
511 laudo, na SEMAD, em um processo administrativo expedito, rápido, os imóveis fossem  
512 licenciados nas condições adequadas. Porque nós nos empenhamos, tem um pequeno  
513 recurso orçamentário para o programa existindo e que vai se ampliar, e nós achamos que o  
514 licenciamento ambiental feito nesses termos contribui com a sustentabilidade ambiental.  
515 Então, gostaríamos que o senhor colocasse essa questão em avaliação, para vermos como  
516 podemos fazer essa adequação.” **Presidente Adriano Magalhães Chaves**: “Nós temos  
517 enfrentado, realmente, uma certa dificuldade com o Bolsa Verde, eu diria, não tanto de  
518 estruturação. Com o esforço da equipe do IEF e das ONGs parceiras, temos conseguido  
519 não só fazer o cadastro, mas, o mais importante, fazer a vistoria. E aqui não vamos entrar  
520 no mérito se temos algumas pequenas dezenas de propriedades com algum problema, que  
521 não fez o cercamento ou a área não é devida, porque a grande maioria, mais de 98%, está  
522 dentro das regras do Bolsa Verde e mostra a importância e a seriedade que o produtor  
523 rural está dando ao programa, que é uma grande oportunidade. Nós pagamos, desde que  
524 foi implementado o Bolsa Verde – ele foi criado em 2008, e, efetivamente, o implantamos  
525 em 2011. Então, em 2011 e em 2012, tivemos o pagamento de aproximadamente R\$  
526 6.000.600 aos proprietários. Fizemos, inclusive, com a parceria de vocês da própria  
527 câmara e do próprio Conselho, que estabeleceu o critério até de pagamento escalonado, de  
528 acordo com o tamanho da propriedade, que, na medida em que tivéssemos recursos  
529 financeiros, pudéssemos pagar aos menores, primeiro, e fôssemos escalonando. Aproveito  
530 para dar os parabéns, porque foi uma iniciativa, coordenada pelo IEF, muito interessante,  
531 que permite que tenha um critério de priorização de pagamento. Neste ano, eu tive uma  
532 reunião muito firme com a Fazenda e a Seplag – a doutora Cleide é testemunha, porque  
533 ela estava presente –, em que fiz uma única solicitação: ‘Vamos trabalhar com o  
534 orçamento de 2013 naquilo que é a capacidade de liberação de recursos dos cofres  
535 públicos, naquilo que podemos realmente contar com recursos em 2013, sem aquela  
536 expectativa que se gera de que se implementem diversas ações, e, depois não conseguimos  
537 cumprir. Então, temos hoje o compromisso do Bolsa Verde, por exemplo, de, assim que  
538 abrirmos o Siafi, efetuarmos o pagamento de R\$ 10 milhões, já agora no final de janeiro e  
539 início de fevereiro, o que é um compromisso importante do governo. Lembrando que  
540 temos hoje uma pendência de pagamento de R\$ 17 milhões e uma previsão orçamentária

541 para 2013 de R\$ 29 milhões. É um recurso importantíssimo, e precisamos manter vivo o  
542 programa. Tínhamos essa expectativa de que, assim que efetuássemos os primeiros  
543 pagamentos, o programa ganharia credibilidade e se expandiria. Mas, com certeza,  
544 Eduardo, na sua proposta também da parceria da Emater, eu acho que podemos avançar  
545 nessa discussão, porque, assim como as ONGs são parceiras no cadastramento, podemos  
546 incluir a Emater não só na parceria do cadastramento, mas também na parceria das  
547 próprias vistorias. Sobre o outro ponto que o senhor sugere, de que o programa de  
548 educação ambiental seja considerado como um item efetivo do licenciamento, eu faço a  
549 seguinte sugestão: ao vistoriarmos a propriedade, que apoiemos o pequeno produtor rural  
550 a fazer a regularização do ponto de vista de reserva legal e de outorga, porque, no caso da  
551 outorga, a maioria deles vão cair no cadastro de uso insignificante, ou seja, é um ato muito  
552 simples de cadastro, até importante para considerar a propriedade regularizada. E, agora,  
553 com a implementação do CAR, nós precisamos desse apoio para a efetivação do Cadastro  
554 Ambiental Rural, que evitaria que reserva legal seja averbada em cartório, ou seja, a partir  
555 do georreferenciamento, na própria internet, onde se preenche um cadastro e se identifica  
556 a sua reserva legal, o sistema já identifica as APPs que não podem ser coincidentes. Ou  
557 seja, ele já estaria, na própria vistoria do sistema, regularizando a propriedade. Eu acho  
558 que nós precisamos ter uma conversa assim, com o apoio de vocês, e avançarmos nessa  
559 parceria com a Emater, lembrando que a Emater está hoje em aproximadamente 780  
560 municípios, ou seja, tem uma capilaridade e uma capacidade de nos ajudar muito grandes.  
561 Com relação à regularização fundiária, realmente, não importa o passivo, de quem herdou  
562 ou de onde veio: é um passivo que nós, Estado, temos que regularizar. Tínhamos essa  
563 expectativa também de que seriam 300 mil hectares, e, após um trabalho exaustivo que foi  
564 feito pela equipe do IEF, em 2011 e em 2012, nós conseguimos georreferenciar quase  
565 todas as Unidades de Conservação, identificar a documentação e os proprietários de todas  
566 as áreas. Sabemos quem tem posse, quem não tem, quem tem documento de terra ou não.  
567 Montamos os processos e levamos essa discussão, essa negociação, para a competência da  
568 Advocacia Geral do Estado, exatamente para evitar qualquer mácula na negociação com  
569 os pequenos proprietários, principalmente. A partir de problemas que tivemos em algumas  
570 negociações no passado, entendemos que a AGE seria um órgão, de uma certa forma,  
571 competente para conduzir as negociações. E a notícia boa é que, com a regulamentação e  
572 organização também da compensação ambiental, nós temos em caixa, hoje, em torno de  
573 R\$ 80 milhões, e também há o compromisso da Seplag de que começemos, efetivamente,  
574 os pagamentos, assim que abrir o Siafi, no início do ano, considerando que este é um  
575 recurso carimbado e destinado à regularização fundiária. Lembrando que foi acordado e  
576 aprovado pela CPB que o recurso não vai totalmente só para regularização fundiária; vai  
577 para a infraestrutura e o próprio previncêndio, em torno de 5%. Ou seja, tem outras  
578 iniciativas, como aceiros e a estruturação do Corpo de Bombeiros. Então, há percentuais  
579 que podem ser alocados em outras atividades, mas 50% do valor, alocados em  
580 regularização fundiária. O fato é que nós temos processos organizados da ordem de R\$ 75  
581 milhões já na AGE e estamos com o doutor Marco negociando valores em torno de R\$ 3  
582 milhões a R\$ 5 milhões para que sejam pagos ainda agora em 2012, exatamente

583 mostrando essa organização que foi feita e esse reinício da regularização fundiária.”

584 **Conselheiro Fernando Antônio Freire Vieira:** “Eu gostaria de aproveitar a

585 oportunidade para parabenizar o doutor Adriano e a sua equipe pelo trabalho que vem

586 sendo desenvolvido à frente da SEMAD. E acrescentar que – vou fazer uma alusão ao que

587 li no livro de Marcelo Gleiser – nós estamos num vazio cósmico. Se não aproveitarmos,

588 não tomarmos consciência da importância da preservação do meio do ambiente, nós,

589 certamente, não sobreviveremos. Daí, a importância de uma tomada de consciência de

590 toda a coletividade nesse sentido. A natureza pode viver sem nós, mas nós não podemos

591 viver sem ela. Estou enfatizando a importância da preservação e da sustentabilidade do

592 meio do ambiente e parabenizando toda a equipe do doutor Adriano pelo trabalho

593 eficiente que vem sendo desenvolvido.” **Presidente Adriano Magalhães Chaves:** “Eu

594 quero também retribuir o agradecimento à Cultura, porque, no projeto Rota Lund, a

595 Cultura foi uma grande parceira nossa. Ainda continuamos desenvolvendo os trabalhos

596 com relação ao próprio museu e ao plano de comunicação, que está sendo trabalhado, com

597 a parceria também do Turismo. Temos pela frente o Museu Guimarães Rosa, previsto para

598 antes da Copa das Confederações, na gruta de Maquiné. Depois, vamos ter o Museu da

599 Mineração, na gruta Rei do Mato. De forma que essa parceria com o Turismo e a Cultura

600 resulta em um belíssimo projeto, que é fonte de educação ambiental, principalmente para

601 os nossos alunos na área metropolitana. Então, também estendo os agradecimentos à

602 secretária Eliana e a toda a equipe da Secretaria de Cultura.” **Conselheiro Carlos Alberto**

603 **Santos Oliveira:** “Realmente, secretário, eu concordo com a afirmativa de que a

604 Secretaria de Meio Ambiente e o Sisema não são só licenciamento ambiental, LP, LI, LO;

605 é muito mais do que isso. E nós vimos nas realizações dos diversos órgãos componentes e

606 também nas expectativas de realizações futuras. Agora, tenho dois ou três comentários a

607 respeito de tudo o que vimos e ouvimos aqui. O primeiro deles é o que eu acho mais

608 importante é que o secretário de Meio Ambiente, o governador e toda a equipe do Sisema

609 em Minas Gerais marcariam um gol de placa se conseguissem trazer para dentro do

610 Sistema de Meio Ambiente a questão da educação ambiental. A lei que estabelece as

611 principais regras da educação ambiental no Brasil é de 1997, foi regulamentada onze anos

612 depois, e nós não temos, em nenhum órgão público deste país, nenhuma ação efetiva de

613 educação ambiental. Eu vi muito destaque para ações de fiscalização envolvendo a Polícia

614 Militar, envolvendo a própria estrutura do Sisema, com o que concordo plenamente. Mas,

615 só com fiscalização, nós nunca conseguiremos atingir o que desejamos na questão da

616 preservação ambiental. Portanto, secretário, eu gostaria de sugerir e de reafirmar que seria

617 um gol de placa se Minas Gerais, que, na matéria de meio ambiente, é pioneira em tantas

618 coisas, conseguisse trazer alguma coisa de efetivo na questão de educação ambiental.

619 Porque nenhum organismo de meio ambiente no país, seja federal, seja estadual, tem

620 qualquer referência sobre isso. Gostaria também, secretário, na expectativa de

621 implantação do Cadastro Ambiental Rural, que a estrutura da Federação da Agricultura

622 fosse aproveitada; nós temos muita coisa boa para fazer. Outro dia, fiquei surpreso com

623 um fato: o Sindicato Rural de Resplendor tinha um procedimento administrativo de defesa

624 de auto de infração, e me pediram uma orientação. Eu dei a orientação e falei: ‘Pelo que

625 estou vendo aqui, essa defesa tem que ser apresentada e protocolada até amanhã. Então,  
626 vocês fiquem espertos para não perderem o prazo.’ A secretária executiva do sindicato  
627 falou assim: ‘Carlos Alberto, nós temos um convênio com a Secretaria de Meio Ambiente  
628 e com o IEF, e, aqui, uma boa parte dos procedimentos de meio ambiente é feita dentro do  
629 próprio sindicato.’ Eu não sabia disso. Mas é uma afirmativa de que é possível fazer  
630 parceria com os produtores rurais, sejam os vinculados à Faemg ou os vinculados à  
631 Fetaemg. Secretário, é absolutamente inconcebível, mesmo sabendo da complexidade que  
632 rege essa questão de administração do recurso que entra no Estado, que tenhamos tido  
633 problemas com o Bolsa Verde, como o conselheiro Eduardo falou e o senhor esclareceu. E  
634 é inconcebível mais ainda o problema da compensação ambiental – isso foi discussão em  
635 todas as câmaras de que participamos, na CPB, URC, no interior. É inconcebível que  
636 continuemos com os 470 mil hectares reclamando a regularização fundiária, se existem  
637 recursos para suprir uma boa parte dessa situação. Eu confio muito na informação que o  
638 senhor nos deu de que isso vai melhorar, lembrando que, além de estarmos fazendo uma  
639 péssima gestão do meio ambiente, nós estamos cortando a esperança de ‘n’ produtores  
640 rurais que tiveram a propriedade designada para ser Unidade de Conservação e, de lá para  
641 cá, não puderam exercer a conservação da propriedade como faziam, e foi cortado o sonho  
642 de ser um produtor rural aplicando na sua propriedade a subsistência dele próprio e da  
643 família.” **Presidente Adriano Magalhães Chaves:** “Caro conselheiro Carlos Alberto, nós  
644 comungamos das suas opiniões e colocações e vamos abordar, primeiro e novamente, a  
645 questão da regularização fundiária. Independentemente do passivo recebido, é uma  
646 situação posta, mas vale lembrar, como eu já comentei, que, antes de se fazer a  
647 regularização fundiária, foi necessário esse trabalho, de quase dois anos, para levantar e  
648 georreferenciar as Unidades de Conservação, levantar toda a documentação, identificar  
649 tudo que tinha sido pago ou não, ou seja, criar uma pasta em cada Unidade de  
650 Conservação, por cada proprietário, um trabalho exaustivo de documentação. O senhor,  
651 que trabalha na área rural, sabe da dificuldade que há no Brasil, hoje, na questão fundiária  
652 no campo, a falta de documentação, a maioria, inclusive, posseiro sem nenhuma  
653 documentação, o que dificulta, inclusive, a própria negociação. Do recurso que foi  
654 liberado agora, nós estamos com dificuldade de fazer o pagamento exatamente por falta de  
655 documentação. Lembrando que os R\$ 80 milhões acabam de entrar no caixa da  
656 compensação porque isso foi regulamentado agora. Mesmo tendo pautado, por exemplo,  
657 R\$ 30 milhões na reunião de novembro, essa parcela pode ser paga em quatro vezes.  
658 Então, hoje, nós já pautamos mais de R\$ 120 milhões e temos, efetivamente, recebido R\$  
659 80 milhões. Só que isso acaba de entrar no caixa, e nós não conseguimos, na mesma  
660 velocidade em que foi regulamentada e regularizada a compensação, regularizar toda a  
661 documentação para que, efetivamente, começassem os pagamentos. Então, não podemos  
662 culpar aqui somente o planejamento ou a falta de recursos, porque é necessária também  
663 essa procedimentação junto à Advocacia Geral do Estado, principalmente de laudos de  
664 avaliação. O senhor conhece as regras da ABNT; são 30 amostras, tem que ir a campo, ou  
665 seja, tem toda uma procedimentação que é feita para se chegar a um valor final de terra  
666 negociado, amigável, preferencialmente, e, se não for amigável, em um segundo



667 momento, em juízo. Mas é preciso, primeiro, se respaldar de documentações técnicas para  
668 que isso aconteça. Mas o mais importante é que esse caminho está no trilho, tanto do  
669 ponto de vista de regulamentação, através do decreto e da portaria que procedimentou a  
670 compensação, do rito da equipe fortalecida hoje dentro do IEF, da CPB se manifestando  
671 sobre os processos com a frequência devida; e processos, hoje, muito bem fundamentados  
672 através dos procedimentos que foram definidos pela portaria. Então, agora, eu acredito  
673 que, ao longo de 2013 e de 2014, nós vamos viver outros momentos nessa relação da  
674 regularização fundiária, até pelo compromisso, hoje, da reserva desses R\$ 80 milhões,  
675 para que possamos, efetivamente, começar a fazer esses pagamentos. O outro ponto, que  
676 você coloca muito bem, é a educação ambiental. Muitos aqui são testemunha, inclusive a  
677 diretora de educação ambiental, a Ana Luiza, que está aqui. Ontem, eu tive uma conversa,  
678 coincidentemente, com a nossa secretária Ana Lúcia – e aqui está a conselheira Inês –,  
679 também para levarmos o tema da educação ambiental para as nossas escolas. Hoje,  
680 praticamente, em todos os nossos projetos e programas, está abordado o tema educação  
681 ambiental. Raramente, aprovamos um programa ou algum projeto em que nele não esteja  
682 associada a educação ambiental. A Polícia, que está aqui presente, muito bem  
683 representada pelo coronel Leonardo, que é nosso parceiro no dia a dia, faz um trabalho  
684 belíssimo de educação ambiental, principalmente no entorno de nossas Unidades de  
685 Conservação, principalmente com relação aos incêndios florestais, Ou seja, é um tema que  
686 hoje permeia praticamente todas as nossas ações, o que não quer dizer que não tenhamos  
687 campo para expandi-lo ainda mais, com a própria Faemg, que é uma grande parceira. A  
688 outra boa notícia: eu já tive uma conversa, em uma reunião, formalizando o convite à  
689 Faemg, ao doutor Roberto Simões, para que a Faemg integre a equipe e que, através da  
690 Emater, seja uma parceira, também com a Fetaemg, na mobilização dos produtores rurais  
691 com relação ao Cadastro Ambiental Rural. Aí, eu peço à Maria Cláudia, que vai estar à  
692 frente da coordenação, junto com o IEF, no Cadastro Ambiental Rural, que nos ajude  
693 nessa interlocução e nesse movimento, porque eu acho que o mais importante aqui é  
694 apoiar, principalmente, o pequeno produtor rural na regularização de suas propriedades.”

695 **Conselheiro Armando Leonardo Linhares Araújo Ferreira da Silva**: “Na questão de  
696 educação ambiental, estamos fechando um projeto e vamos apresentar para a Secretaria de  
697 Meio Ambiente. Nós vamos começar, efetivamente, no início do ano de 2013, com a  
698 multiplicação desse projeto no segundo semestre de 2013, previsto até 2015. É o  
699 Programa de Educação Ambiental (Progea). Nós vamos às escolas, aos moldes do  
700 Programa de Resistência às Drogas (Proerd), que a Polícia Militar aplica, e a nossa  
701 previsão, em 2015, é de atingirmos 8.000 crianças com o tema educação ambiental, indo  
702 todas as semanas nas escolas, com dez encontros com as crianças, ensinando todas essas  
703 peculiaridades com relação à educação ambiental. No Proerd, nós temos uma parceria  
704 com a Secretaria de Educação e pretendemos seguir com essa parceria também no Progea,  
705 porque, assim, as escolas ficam mais acessíveis, e o policial está na escola, o que é muito  
706 importante. No Proerd, já atingimos, desde 1998, 17 mil crianças. Pretendemos, em 2015,  
707 8.000 crianças. Estamos fechando para iniciar no ano que vem.” **Presidente Adriano**  
708 **Magalhães Chaves**: “Eu sou testemunha, porque meu filho estuda em uma escola que

709 tem o Proerd e tem a participação efetiva da Polícia como parceira. Ele me relata  
710 periodicamente a participação de vocês. Então, parabéns.” **Conselheira Inês Tourino**  
711 **Teixeira**: “Coronel, o senhor encaminhou para a Secretaria de Educação esse projeto da  
712 Polícia?” **Conselheiro Armando Leonardo Linhares Araújo Ferreira da Silva**: “Ainda  
713 não, porque estamos fechando o projeto dentro da Polícia. Depois, vamos apresentar para  
714 a SEMAD e a Secretaria de Educação.” **Conselheira Inês Tourino Teixeira**: “É  
715 interessante fazer uma parceria com as escolas. Conselheiro Carlos Alberto, eu quero só  
716 esclarecer que a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental é de 1999 e foi  
717 regulamentada por decreto, em 2002. Agora, existem ações, sim, por parte da Secretaria  
718 de Estado de Educação, das prefeituras e do Sisema; da Secretaria de Meio Ambiente. E  
719 você é testemunha, porque a Faemg e o Senar, durante dez anos, realizaram e  
720 desenvolveram o programa de que você falou, que é o Semeando, que teve muito respaldo  
721 e resultado nas escolas, que aderiram e gostaram muito do programa; até hoje, perguntam  
722 pelo programa. Então, eu acho que não há lacuna, nós precisamos é de aperfeiçoar e de  
723 buscar os parceiros; é o que temos tentado.” **Conselheiro Carlos Alberto Santos**  
724 **Oliveira**: “A Faemg e o Senar desenvolveram o que eu considero o maior programa de  
725 educação ambiental que já se fez no país. Foram dez anos. Mas eu tenho a impressão de  
726 que o título, a proposta da educação ambiental é muito maior do que nós já fizemos até  
727 hoje. Então, se a Secretaria de Educação de Minas Gerais tem alguma coisa de educação  
728 ambiental e se a Polícia Ambiental também tem... Outro exemplo de educação ambiental  
729 na Polícia foi o cadastro das águas, realizado há dois ou três anos atrás. Mas a expectativa  
730 que eu tenho, senhor presidente, senhor secretário, é que nós estamos fazendo muito  
731 pouco em relação à expectativa e à possibilidade que a educação ambiental pode exercer  
732 nisso que chamamos de proteção do meio ambiente. Toda fiscalização que fizemos, todo  
733 licenciamento, AAF, LP, LI, LO, multa e tudo o mais que puder ser feito não conseguem  
734 se aproximar do propósito da educação ambiental formal e informal, da forma que ela  
735 deve ser feita. Mas tudo o que foi feito está muito bom, e nós reconhecemos e sabemos  
736 que existe.” **Presidente Adriano Magalhães Chaves**: “Fica a sugestão, e eu peço à  
737 doutora Maria Cláudia que organize uma reunião, através da diretoria que é competente  
738 no tema, com a Ana Luiza e toda a equipe, envolvendo todos os parceiros, Faemg,  
739 Fetaemg, Polícia, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, Ouvidoria, ou seja,  
740 todos aqueles atores, para debater o tema, ver aquilo que é feito, aquilo que pode ser  
741 melhorado. Estamos exatamente estruturando os nossos projetos para 2013 e temos  
742 tempo. Chamamos a Fiemg também, que já tem diversos programas. Vale a pena fazer  
743 uma reunião, tirar uma tarde, debater o tema, e, se for o caso, fazer um alinhamento na  
744 política de educação ambiental.” **Conselheiro Paulo Afonso Romano**: “Secretário,  
745 brevemente, quero, primeiro, cumprimentá-lo e à equipe, que, ao final do ano,  
746 apresentaram resultados realmente muito importantes e auspiciosos. O tempo é muito  
747 curto para se debater e, eventualmente, criticar e sugerir, e eu fico naquilo que eu acho  
748 que é justo, que é cumprimentá-los pelos resultados. Muito rapidamente, eu queria  
749 mencionar sobre o programa que, na verdade, é o Programa de Sustentabilidade e  
750 Infraestrutura Rural, o único programa estruturante que existe na Secretaria da

751 Agricultura; eu sou, inclusive, o gerente dele. Dentro dele, tem o Projeto de Adequação  
752 Socioeconômica e Ambiental das Comunidades Rurais. É ambicioso – pode levar dez  
753 anos ou 15 anos –, mas é amplo, suficientemente completo. Eu acho que o Eduardo fez  
754 uma apreciação muito correta, ele se dedicou a conhecer, e a Faemg, a mesma coisa. Ele  
755 incorpora tudo aquilo que, na SEMAD, é agenda de regularização ambiental. Nessa  
756 perspectiva, o que estamos pensando é em fazer uma mudança paradigmática na  
757 assistência técnica, para ver a propriedade de maneira integral, ou seja, no mínimo,  
758 socioeconômica e ambiental. As questões culturais e institucionais podem ser  
759 consideradas caso a caso ou por região etc. Depois de elaborada a metodologia, ISA,  
760 Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistema. O agroecossistema é qualquer área,  
761 qualquer território rural; é sempre agro e ecossistema. Estou insistindo nisso, porque essa  
762 proposta ganhou apoio, tem três anos que vem sendo trabalhada com recursos da  
763 Fapemig, e, agora, finalmente, ajustado com a equipe do secretário Adriano, nós estamos  
764 um projeto de decreto pronto – a qualquer momento, pode ser assinado – em que o  
765 governador do Estado – a Casa Civil entendeu isso muito bem – vai chancelar como  
766 metodologia mineira para aferição de sustentabilidade em propriedades rurais. Não é  
767 aquela coisa métrica, mas é uma aferição. Atrás dessa consistência da metodologia tem a  
768 Seapa, SEMAD, IEF, IGAM, UFMG, Embrapa, que deu um apoio enorme. Ela foi  
769 coordenada pela Epamig, um técnico da Epamig. Eu avancei um pouco mais para dizer  
770 que nós estamos dispostos a fazer muito mais. Agora, eu queria chamar a atenção para que  
771 essa parceria se ajuste no plano político e institucional para as discussões dentro do  
772 governo, principalmente com a Seplag, porque pouca gente sabe: a Emater é uma empresa  
773 pública, o Estado paga 80% da folha e nada mais. Então, a Emater fica sobrecarregada, às  
774 vezes, porque vai fazer trabalho que, muitas das vezes, é relacionado com demanda do  
775 governo federal, e não sobra tempo; é um técnico praticamente ou um pouco mais, em  
776 média, por município. Se alocarmos recursos, que, normalmente, complementaríamos não os  
777 salários – salários se resolvem lá –, mas o orçamento para despesas operacionais, nós  
778 podemos ter uma mobilização muito mais forte. Estou dizendo isso logo aqui porque sei  
779 que, em todos os conselheiros, ‘ah, a Emater podia fazer mais...’ Pode fazer, mas  
780 precisamos considerar isso. É um acréscimo que eu considero pequeno. E é o desejo  
781 nosso, nós queremos ver o profissional de campo da Emater, conforme o Programa de  
782 Adequação Socioeconômica, que já está sendo realizado, já treinou 300 pessoas, já  
783 comprou laptops modernos, novos, com software adequado. Mas até hoje o técnico da  
784 Emater não está ainda equipado nem tecnicamente para assumir tudo, porque isso é uma  
785 coisa que tem custo etc. Mas o nosso desejo é que isso possa ser feito rápido. Temos uma  
786 perspectiva de dois anos de governo, compromissos já alinhados, e podemos avançar  
787 nisso. Estou dando essa informação aqui agora, porque, no começo do ano, podemos fazer  
788 projetos objetivamente, como o governo de Minas, com objetivos e metas, ou seja, com  
789 resultados aferíveis. Eu quero participar dessa reunião sobre educação ambiental, porque é  
790 uma coisa importante, mas eu acho que temos de ter humildade. Às vezes, ficamos  
791 pensando: ‘Vamos preparar as pessoas, vamos lá ensinar; produtor, faça assim, não faça  
792 assim...’ Nós temos que fazer um alinhamento conceitual, porque acho que podemos

793 contribuir também.” **Eduardo Machado de Faria Tavares, ouvidor ambiental de**  
794 **Minas Gerais:** “Eu vou prestar só alguns esclarecimentos em relação à apresentação que  
795 foi feita, destacar e enfatizar, pelas falas da Marília e do secretário, o Programa de  
796 Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, que, para mim, foi não só uma surpresa,  
797 mas um fato envaidecedor, por eu ter participado de todos os estudos preliminares que  
798 resultaram nesse programa. Eu acho que o resultado obtido é impressionantemente  
799 inimaginável até há algum tempo atrás. A segunda questão da fala da Marília: eu acho que  
800 são as ações planejadas, o tipo de planejamento que ela adotou na Subsecretaria de  
801 Fiscalização, através da força-tarefa integrada em ações regionais ou então por atividades.  
802 Isso também, para mim, trouxe um resultado que dá não só credibilidade à SEMAD e ao  
803 Sisema, mas traz todo o respeito, e, agora, um pouco mais, a parcimônia daqueles que  
804 gostam de trabalhar na irregularidade. Da fala da Maria Cláudia, eu destaco essa revisão  
805 da 74, que foi discutida aqui, mas chamo a atenção para uma coisa que me é cara e que a  
806 Marisa me colocou em uma ida à Cidade Administrativa, que é o potencial que existe do  
807 licenciamento coletivo por bacia e sub-bacia. Eu acho que isso é uma ação que,  
808 subjetivamente, pode ser considerada uma das reivindicações dos Comitês de Bacias, das  
809 pessoas que militam na área de recursos hídricos, que seria, então, essa aproximação das  
810 URCs com os CBHs. Eu espero que esse enfoque esteja dentro do licenciamento coletivo.  
811 Com relação à fala do doutor Marcos Ortiz, já destacados tanto pelo Eduardo quanto pelo  
812 secretário, os levantamentos da realidade das UCs e o Bolsa Verde, para mim, são duas  
813 coisas muito caras ao Estado. A doutora Zuleika, apesar de recentemente elevada a essa  
814 condição, o que me trouxe uma satisfação pessoal muito grande, porque sou um grande  
815 admirador do trabalho dela, por com convivências e desenvolvimento de várias ações...  
816 Eu ainda insisto, talvez até pela minha origem dentro deste Conselho, a origem do Minas  
817 Sem Lixão: eu ainda acho que esse é um fato destacado dentro das ações da FEAM, que é  
818 a erradicação plena de lixão e de aterros controlados. Eu acho que são duas coisas que não  
819 são mais admissíveis na realidade municipal hoje. Na fala da Cleide, eu acho que temos  
820 que destacar a necessidade de um programa prioritário, de acordo com os resultados de  
821 qualidade e de quantidade das águas. Temos necessidade de melhorar os dois, porque,  
822 pelos índices pluviométricos que temos assistido aqui, essas secas estão se prolongando e  
823 tanto a qualidade quanto a quantidade de água para todo tipo de uso – dessedentação  
824 humana, animal ou para atividade comerciais afins – são importantes. Quero destacar, por  
825 último, duas coisas: primeiro, agradecer a cada um desses que eu citei, pela colaboração,  
826 pela amizade, pelo compartilhamento e, principalmente, pelo respeito, que eu vou dedicar  
827 a todos, mas na pessoa da doutora Cleide, porque eu sei que os projetos dela para 2013  
828 serão outros. Então, fica o meu abraço e o meu reconhecimento a todos, na pessoa da  
829 doutora Cleide. Em segundo lugar, secretário Adriano, eu sei que você fez hoje a sua  
830 entrevista coletiva de final de ano, deve ter apresentado todos os resultados deste ano tal  
831 como foram apresentados aqui. É dentro dessa ótica que eu vou destacar o seguinte:  
832 inequivocadamente, nós, mineiros, somos um povo, uma gente que cultuou a política lato  
833 senso, e nisso nós somos muito bons. Contudo, do outro lado, no viés disso, nós não  
834 temos uma cultura de gestão, com metas estabelecidas, indicadores apontados e com os

835 resultados mensuráveis. E o que nós estamos vendo aqui agora – eu espero ver o que vai  
836 sair amanhã nos jornais e na mídia – são os dois anos que o senhor dedicou a apresentar  
837 essa nova cultura. Existem conflitos, existem incompreensões, mas eu acredito que, no  
838 andar da coisa como ela está acontecendo, o respeito virá da mesma forma. O  
839 reconhecimento nosso aqui já existe. Então, eu gostaria de agradecer pessoalmente a  
840 minha relação com o secretário Adriano e desejar a todos, falando ao Plenário, um feliz  
841 Natal e um 2013 de otimismo, de diálogo, de muita compreensão.” **Presidente Adriano**  
842 **Magalhães Chaves**: “A gestão pública tem que ter um caminho, tem que ter um norte.  
843 Por isso, existe o PMDI, que define o planejamento para nós; existe o PPAG, discutido  
844 com a sociedade, onde se alocam os nossos recursos estruturadores. Por isso, estão aí as  
845 metas e objetivos a serem seguidos, e nós não podemos fazer gestão ao bel prazer do  
846 grito, de cada hora um levantar a mão e nós termos que fazer essas correções de rumo. Eu  
847 acho que a correção de rumo tem que ser feita aqui neste fórum, que é o fórum legítimo, é  
848 o fórum da sociedade. Para aqueles ajustes que forem necessários, nós temos que ter a  
849 grandiosidade de ouvir os conselhos, tanto o Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
850 como o próprio COPAM, e fazer os ajustes que partam daqui, porque eu entendo que os  
851 senhores, indicados pelo Executivo, são os representantes legais da sociedade. Então,  
852 temos que, cada dia mais, valorizarmos todos os nossos conselhos, todas as nossas  
853 câmaras, que são os nossos fóruns institucionais. E aqui fazer um agradecimento especial  
854 a todos vocês pela dedicação do tempo, pelas contribuições, muitas vezes, pelos puxões  
855 de orelha, pelas recomendações, enfim, pela colaboração que os senhores têm dado a este  
856 Estado e à sociedade mineira. Para finalizarmos, eu gostaria de chamar aqui a doutora  
857 Cleide, afinal de contas – o Eduardo já disse –, a doutora Cleide, por decisão dela –  
858 lamentamos, mas também vai continuar nos ajudando no Estado, na sociedade, através do  
859 município –, retornará às suas atividades, a partir de janeiro, no município de Betim, no  
860 qual é funcionária pública também de carreira. Ela nos ajudou por alguns anos e vai  
861 continuar nos ajudando. Doutora Cleide, eu tenho certeza que a senhora sai daqui e, pelo  
862 menos, da nossa parte, nós deixamos aqui o nosso coração aberto, o nosso tapete  
863 estendido, a porta do Sisema aberta à senhora e, com certeza, o reconhecimento da sua  
864 dedicação, do seu trabalho. Eu acho que não foram poucos dias, foram anos de luta.  
865 Sabemos da sua organização em todo esse processo de criação e organização dos comitês  
866 e na mobilização. Sabemos que a pauta de recursos hídricos difere muito da pauta do  
867 COPAM. É uma pauta nova, uma pauta de legislação que está sendo criada, está sendo  
868 estruturada. Aqueles conselheiros que estejam também, porventura, no CERH, como a  
869 Inês, podem ver que ainda é difícil, é uma política que renasce e precisa ainda de  
870 correções de rumo, mas a pauta de água precisa ser fortalecida a cada dia. E, pode ter  
871 certeza, doutora Cleide, que a senhora nos deu uma grande contribuição. Então, fica o  
872 nosso agradecimento, e gostaríamos de deixar uma flor azul representando as águas de  
873 Minas, como símbolo do nosso agradecimento.” **Cleide Izabel Pedrosa de Melo,**  
874 **diretora Geral do IGAM**: “Eu queria agradecer a todos e a todas e falar que esse período  
875 em que estive à frente do IGAM foi uma época muito rica na minha vida, em que eu  
876 aprendi muito. Eu acho que somos eternos aprendizes, e temos que ter muito orgulho de

877 ser aprendizes. Então, estou aprendendo sempre. Agradeço ao doutor Adriano, ao  
878 governador Aécio, ao governador Anastasia, ao secretário José Carlos e a todos pela  
879 confiança nesse período. Eu acho que cumpri uma parte. Com o doutor Adriano, aprendi  
880 muita coisa, com todos vocês e com o IGAM, eu aprendi muito e vou aprender muito  
881 ainda. Muito obrigada.” **6) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES**  
882 **DO PLENÁRIO DO COPAM PARA O ANO DE 2013. Apresentação: SEMAD.**  
883 Aprovado por unanimidade o calendário de reuniões do Plenário do COPAM para o ano  
884 de 2013, nos termos apresentados pela SEMAD. **7) ENCERRAMENTO.** Em seguida,  
885 não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Adriano Magalhães Chaves  
886 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

887

888

889

890

891

892

893

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

---

—  
**Presidente Adriano Magalhães Chaves**